



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

KARLA MARIA DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA DA PRISÃO:
CONTRIBUIÇÕES PARA RESSOCIALIZAÇÃO DE MULHERES
PRIVADAS DE LIBERDADE**

Recife

2022

KARLA MARIA DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA DA PRISÃO:
CONTRIBUIÇÕES PARA RESSOCIALIZAÇÃO DE MULHERES
PRIVADAS DE LIBERDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
licenciado(a) em Pedagogia.

Aprovado em: 03/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Fernanda da Costa Guimarães Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Dayse Cabral de Moura (Co-orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Liliane Maria Teixeira Lima de Carvalho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Maria Sandra Montenegro Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA DA PRISÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA RESSOCIALIZAÇÃO DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

YOUTH AND ADULT EDUCATION IN PRISON SCHOOL: CONTRIBUTIONS TO THE RESOCIALIZATION OF WOMEN DEPRIVED OF FREEDOM

KARLA MARIA DE CARVALHO

FERNANDA DA COSTA GUIMARÃES CARVALHO

DAYSE CABRAL DE MOURA

RESUMO

O presente artigo é o resultado de uma pesquisa que buscou conhecer as contribuições da educação de jovens e adultos (EJA), para o processo de ressocialização de mulheres privadas de liberdade de uma escola na prisão do Recife. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apoia-se na abordagem qualitativa em que adotamos procedimentos metodológicos de análise de documentos, observações e entrevistas. Bem como, a leitura de obras e artigos de revistas e publicações referentes ao tema. De acordo com os procedimentos metodológicos adotados nos quais fizemos uso de entrevistas com algumas educandas e professores, e também observação dos espaços e do cotidiano da escola. A partir dos estudos e das entrevistas feitas, pudemos concluir que a educação no ambiente prisional possibilita aos sujeitos, o resgate da cidadania, a construção de conhecimentos, bem como a possibilidade de mudança de comportamento das alunas que frequentam a escola na prisão. Diante disso, os resultados apontam para a importância da (EJA) durante o cumprimento de pena para processo de ressocialização de mulheres privadas de liberdade por propiciar mudanças de perspectivas de vida em suas educandas. Do mesmo modo, contribuem com o processo de ressocialização e consequentemente, preparando-as para reinserção na sociedade.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos; Mulheres privadas de liberdade; Ressocialização.

ABSTRACT

This article is the result of a research that sought to know the contributions of youth and adult education (EJA) to the process of resocialization of women deprived of their liberty from a school in the female prison in Recife. This Course Conclusion Work (TCC) is based on a qualitative approach in which we adopted methodological procedures for analyzing documents, observations and interviews. As well as reading works and articles from magazines and publications on the subject. According to the methodological procedures adopted in which we made use of interviews with some students and teachers, and also observation of the spaces and the daily life of the school. From the studies and interviews carried out, we were able to conclude that education in the prison environment allows subjects to recover citizenship, build knowledge, as well as the possibility of changing the behavior of students who attend school in prison. In view of this, the results point to the importance of (EJA) during the sentence for the process of resocialization of women deprived of their liberty for providing changes in the life perspectives of their students. In the same way, they contribute to the process of resocialization and,

consequently, preparing them for reintegration into society.

Key words: Youth and Adult Education; Women deprived of liberty; Resocialization.

1. INTRODUÇÃO

Durante a graduação, ao cursarmos a disciplina de EJA e através dos estágios supervisionados da mesma, pudemos vivenciar práticas de pesquisa pedagógica em turmas dessa modalidade de ensino, e nesses momentos passamos a conhecer os desafios enfrentados por professores e alunos em seu cotidiano escolar, por exemplo: a diversidade cultural, a diferença de idades entre alunos e dificuldades de estabelecerem boas relações ou em propor o ensino. Em virtude de conhecer esses desafios em escolas regulares em que atuamos como estagiárias, surgiu o interesse em conhecer quais seriam os desafios da educação na penitenciária por ser uma espaço de reclusão e invisibilidade dos sujeitos.

Desse modo, o projeto de pesquisa que orientou a construção desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), teve como objetivo geral: Analisar as contribuições da educação de jovens e adultos para o processo de ressocialização de mulheres privadas de liberdade. Para tanto, buscamos construir objetivos específicos que nos levassem aos resultados concretos que pretendemos alcançar no objetivo geral, são eles: Analisar o projeto político pedagógico e planos de aula da escola; identificar as práticas pedagógicas realizadas na educação na prisão para o processo de ressocialização de mulheres apenadas; desvelar empiricamente as contribuições da educação apontadas pelas educandas e professores através da pesquisa de campo.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino do sistema brasileiro, referida na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei 9394 de 1996, que visa oferecer o ensino Fundamental e Médio para as pessoas que não tiveram oportunidade de estudar ou abandonaram a escola. O objetivo da EJA é desenvolver o processo de formação humana, social, ao respeitar a cultura, experiência e conhecimentos adquiridos ao longo da vida dos discentes, complementando com valores e saberes novos e conhecimentos técnicos e específicos. Além disso, reduzir o nível de analfabetismo no país e diminuir o déficit na educação brasileira. De acordo com a LDBEN 9394/96 em seu Art. 37. “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos Fundamental e Médio na idade própria e continuará instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”.

De acordo com Paulo Freire (1971, p. 96), “A educação é um ato de amor, por isso um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”. Ainda segundo o pensador, a educação muda as pessoas que, por sua vez, transformam o mundo. Nessa perspectiva, surgiu o interesse pela temática de conhecer as contribuições da EJA para mulheres em conflito com a lei de uma unidade prisional

durante a graduação no curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Pernambuco que nos motivou a refletir sobre as mudanças nas educandas privadas de liberdade favorecidas pela educação desta escola campo de pesquisa. Por ser um ato de amor e coragem, a educação para as excluídas do convívio social surge com o papel de ressocialização.

Ao pousar um olhar no crescimento do número de mulheres que ingressam na criminalidade, investigou-se que alguns fatores favorecem a inserção delas nesse universo. Percebe-se que fatores como o desemprego, o baixo nível de escolaridade e a precariedade nas condições financeiras têm sido preponderantes na inserção delas no mundo do crime. Colaborar com o tráfico para garantir meios de sobrevivência tem sido cada vez mais recorrente entre as mulheres.

Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), menos de 13% da população carcerária tem acesso à educação. Dos mais de 700 mil presos em todo o país, 8% são analfabetos, 70% não chegaram a concluir o ensino fundamental e 92% não concluíram o ensino médio. Não chega a 1% os que ingressam ou possuem um diploma do ensino superior. Apesar do perfil marcado pela baixa escolaridade, diretamente associada à exclusão social, nem 13% das mulheres privadas de liberdade têm acesso a atividades educativas nas prisões.

Além disso, outro dado importante que buscamos conhecer sobre o encarceramento feminino no Brasil, segundo o Levantamento Nacional de Informações Carcerárias (INFOPEN), aponta que 68% das mulheres em regime de cárcere são negras. Quando buscamos voltar o olhar sobre Pernambuco, o encarceramento feminino de negras aumenta para 81%. Logo, as mulheres negras encarceradas representam a maioria em todo sistema carcerário. Corroborando com a estatística apresentada, durante o seminário de Questões Raciais e o Poder Judiciário, que foi organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o conselheiro Mário Guerreiro afirma que “o encarceramento tem cor”.

Considerando os dados levantados no projeto de pesquisa buscou-se elaborar alguns objetivos com a finalidade de conhecer as contribuições da educação no processo de ressocialização na escola da prisão de Recife para mulheres privadas de liberdade. Neste sentido buscamos como objetivo geral, analisar as contribuições que a EJA traz para o processo de ressocialização das mulheres privadas de liberdade na educação da prisão do Recife. Nossa intenção do ponto de vista dos objetivos específicos constituiu em analisar o projeto político pedagógico e planos de aula; verificar as práticas pedagógicas realizadas na escola; desvelar empiricamente as contribuições da educação apontadas pelas educandas e professores através dos procedimentos metodológicos adotados.

Em conformidade com o projeto de pesquisa, este artigo segue uma abordagem qualitativa com procedimentos bibliográficos, pesquisa documental, observação e entrevistas. A partir da análise dos dados coletados será possível compreender os limites e possibilidades de formação nesses espaços. Destacamos alguns teóricos como: Paulo Freire (1971), Minayo (1995), Gadotti (2007), Cunha (1999), Gil (1999/2002), Maeyer (2013), Ludke (1986), Lourenço (2011), Saviani (1987) e Ferreira (1977/2021). Que tornaram possível a compreensão da análise dos fenômenos que ocorrem durante o processo de escolarização das detentas e também possibilitaram compreender as principais dificuldades dos professores em propor cotidianamente a educação de qualidade na escola da prisão de Recife.

Este artigo ao corroborar com o tema em questão, tem relevância social e acadêmica uma vez que nos possibilitará o debate a respeito da Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Prisionais reconhecendo seu importante papel na promoção da ressocialização das reeducandas. Consequentemente, trazendo importantes benefícios para toda sociedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação em uma perspectiva cidadã

Para Freire (1987), a educação é um processo de “gentrificação” dos sujeitos. Estudando, os indivíduos aos poucos irão percebendo o condicionamento histórico-sociológico do conhecimento. Para ele, estudar é uma forma de se reinventar, de recriar e reescrever. Diante disso, reconhece-se a urgência de um trabalho educativo libertador por parte dos educadores e com a participação de toda sociedade, realizando uma educação nova e transformadora com uma ação pedagógica da qual emergem novas possibilidades de renovação social.

Segundo este estudioso, a educação gera consciência e pertencimento. Nela o indivíduo se reconhece como um ser social, agente de sua própria história. É através da educação que todo ser humano é capaz de se socializar, acolher informações, criar sua identidade e conquistar seu espaço no mundo.

A função básica da escola é garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários à socialização dos indivíduos. Para tanto é fundamental que a escola propicie o domínio dos conteúdos básicos da leitura, escrita e da ciência das artes. Segundo Gadotti (2007, p. 12),

A escola não é só um espaço físico. É acima de tudo, um modo de ser, de ver. Ela se define pelas relações sociais que desenvolve. E, se quiser sobreviver como instituição, precisa buscar o que é específico dela. A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém.

Partindo do princípio que educação é o ato de educar, de instruir ou de disciplinamento. Contudo, a educação significa o meio pelo qual os hábitos, costumes e valores são transferidos de geração para geração. Nessa perspectiva, abordaremos a modalidade (EJA), numa Escola na prisão feminina de Recife e suas contribuições para o processo de ressocialização de mulheres em sistema de privação de liberdade. Na seção seguinte será apresentado o processo histórico da EJA no Brasil.

2.2 A Educação de Jovens e Adultos

A EJA vem acontecendo desde o período da colonização com a chegada dos Jesuítas ao país. No Brasil Império, começaram a acontecer algumas reformas educacionais e essas preconizavam a necessidade do ensino noturno para adultos analfabetos.

Segundo Cunha (1999, p. 30), com desenvolvimento industrial, no início do século XX, inicia-se um processo lento, mas crescente, da valorização da educação de adultos. Porém, essa preocupação trazia pontos de vista diferentes em relação à educação de adultos, quais sejam: a valorização da língua falada e escrita, visando o domínio das técnicas de produção; a aquisição da leitura e escrita como instrumento da ascensão social; a alfabetização de adultos como meio de progresso no país; a valorização da alfabetização de adultos para ampliação da base de votos.

A modalidade (EJA) começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema de educação elementar no país. A partir da década de 40, começou-se a identificar altos índices de analfabetismo no país, forçando o governo a tomar medidas para contenção desse problema educacional e social. Com a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) que solicita aos países integrantes educar os adultos analfabetos.

Posteriormente, com a constituição de 1988, amplia-se o dever do estado para com a EJA, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos. No artigo 208 da Constituição Federal, a Educação passa a ser direito de todos, independentemente da idade, e nas disposições transitórias, são definidas metas e recursos orçamentários para a erradicação do analfabetismo. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Mesmo com o estabelecimento legal que a Constituição garantiu à educação como direito, poucos foram os avanços alcançados nesta modalidade de ensino, porém, a partir da aprovação da

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN nº 9394/96, promulgou-se a primeira referência sobre a EJA no Título III, artigos 4º e 5º, trazendo um significativo ganho à educação de adultos, institucionalizando esta modalidade de ensino.

A Educação no sentido formal é todo o processo contínuo de formação e ensino aprendizagem que fazem parte do currículo das instituições de ensino. Nesse contexto, investigou-se as contribuições das práticas pedagógicas da EJA numa escola da prisão do Recife. Do mesmo modo, as suas contribuições para o processo de ressocialização das mulheres apenadas. Nesse sentido compreendemos a institucionalização da educação no sentido formal desenvolvida nas escolas e com conteúdos previamente demarcados. Em seguida será apresentado a discussão que diz respeito à educação na prisão.

2.3 A Educação na Escola da Prisão

Tendo em mente a proposta da pesquisa de conhecer as contribuições da educação de jovens e adultos (EJA), para mulheres privadas de liberdade, mas também de que forma favorece para sua ressocialização, apurou-se o percurso da educação das mulheres na Colônia Penal Feminina do Recife – CPFR. Em suma, conhecer o histórico da instituição.

A princípio a instituição campo de pesquisa era chamada Colônia Penal Feminina Bom Pastor em virtude da Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor a ter gerido. No que se refere às atividades educacionais nesse período, elas ocorriam de maneira esporádica, havia oficina de costura, bordado, fabricação de biscoitos caseiros, atividades de limpeza, cozinha e lavanderia.

Após a transferência da gestão da Colônia, para o governo estadual, em 1986. Este passou a administrá-la através da SUSIPE (Superintendência do Sistema Penitenciário). Em 1997 é fundada a Escola Estadual Olga Benário Prestes, dentro da instituição, destinada à educação primária. Hoje a escola trabalha com a modalidade Educação de Jovens e Adultos nos níveis fundamental e médio.

Segundo a gestão, a unidade prisional conta com um total de 533 mulheres em regime fechado, enquanto que a escola hoje tem apenas número de 199 alunas matriculadas que representam o percentual de aproximadamente 37% das detentas da Colônia Penal Feminina de Recife. Ainda de acordo com o levantamento realizado na unidade através das entrevistas com as alunas, em sua maioria, elas estudaram entre o 1º e o 3º anos do ensino fundamental.

Diante disso, deve ser considerado que o alto índice de analfabetismo e a baixa escolaridade da população brasileira contribuem para a desigualdade socioeconômica no país. Em

consequência disso, há aumento da pobreza, desemprego, crescimento da delinquência e tantos outros males que assolam a sociedade. Segundo Gadotti (2011, p. 28), o analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. Seria ingênuo combatê-lo sem combater suas causas”. Na próxima seção veremos o papel da educação no processo de ressocialização na escola pesquisada.

2.4 Educar para Ressocializar

Compreendendo a escola como uma instituição social de extrema relevância para a sociedade, que além de fornecer a preparação intelectual e moral aos alunos, também contribui para sua inserção social. Nesse sentido, o trabalho pedagógico dentro do sistema prisional deve ter como pretensão a ressocialização dos indivíduos apenados.

A partir do estudo da legislação nacional a respeito dos direitos conferidos à educação de jovens e adultos, sobretudo à essa modalidade de ensino, buscou-se conhecer o que assegura o Plano Nacional de Educação para pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional do estado de Pernambuco. De acordo com a Secretaria de Educação e Esporte (SEE), para garantir a educação de qualidade deve ser pautada na perspectiva da reparação, da equidade, da inclusão e formação ao longo da vida.

De acordo com o plano, a oferta da educação básica aos privados de liberdade é através da modalidade da educação de jovens e adultos que é de responsabilidade da secretaria de educação e esportes. Essa modalidade de ensino contempla os apenados que não tiveram acesso aos estudos ou não concluíram em idade própria, atendendo o que preceitua o art. 37, da lei federal 9394/96. A educação nessas unidades se apresenta nas seguintes configurações: Fundamental (Módulos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII) médio (Módulos 1º, 2º e 3º). Segundo Maeyer (2013) apud FERREIRA, SILVA, 2021, p. 8),

A característica da educação dentro do ambiente prisional, é sem dúvida, ajudar o indivíduo privado de liberdade, identificar e organizar as aprendizagens, para que possam lhes dar sentido, oferecendo possibilidades de escolha e com conhecimento de causa, para que o ato de escolher reencontre seu campo de ação.

Diante disso, a alfabetização de jovens e adultos pode oportunizar quebra de barreiras sociais e favorecer a formação do senso crítico nos indivíduos. Desse modo, desenvolve a capacidade de socialização, possibilitando novas trocas simbólicas com a sociedade, bem como possibilita o acesso a bens culturais e outras facilidades das instituições sociais. Segundo Freire (1987, p. 31), entende que “uma aprendizagem significativa dar-se-á a partir de um processo que proporcione uma análise crítica da prática social dos homens, contribuindo para que estes

repensem a forma de atuar no mundo".

Dessa maneira, é de grande importância e urgência de haver políticas públicas que garantam o acesso à educação dentro dos presídios visando mudar a realidade dos indivíduos apenados. Acreditando que a chave para a mudança na vida dos sujeitos privados de liberdade, mesmo a longo prazo, é a educação, considerando que a educação permite ao ser humano a dignidade. Nessa perspectiva, o trabalho pedagógico dentro do ambiente prisional precisa contribuir para o desenvolvimento crítico, a educação precisa ser problematizadora.

A educação nas escolas prisionais voltada à população feminina deve atender às necessidades que esta população demanda. Além disso, a educação deve se integrar a uma política séria de qualificação profissional e trabalho no cárcere. As atividades de trabalho e educação na prisão não podem ser encaradas como mais uma ocupação para a educanda cumprir seu tempo de pena mais tranquila, porém, deve fazer parte de um projeto consistente de resgate da dignidade humana.

A ação educativa como meio para a ressocialização deve resgatar a dignidade humana das mulheres presas, permitindo a atividade criadora e a construção da autonomia. Só assim, o trabalho de ressocialização através da educação, cumprirá de forma efetiva o seu papel de humanização e inserção social e não apenas com a finalidade de remição de pena.

A remição da pena está prevista a partir do artigo 126 da Lei de Execuções Penais (LEP – Lei 7210/84) e nada mais é que a possibilidade do detento conseguir o abatimento de alguns dias de cumprimento do seu cárcere, através do trabalho, estudo e, de forma mais recente, pela leitura, conforme disciplinado pela Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O direito à educação carcerária foi estabelecido pela Lei de Execuções Penais (LEP), que afirma: “As pessoas que estão presas ou internadas em estabelecimentos penais têm direito à educação”. Embora exista essa determinação, a educação carcerária ainda não é garantida para todos os apenados.

A remição pela educação vem se tornando realidade para alguns presos que têm a oportunidade de estudar nas prisões. Para a sociedade a remição da pena pelo estudo é um privilégio, uma regalia. Muitos pensam que o apenado tem que trabalhar e não estudar. Porém, sabemos que a educação junto com a profissionalização ajudam na ressocialização do preso. De acordo com Lourenço e Onofre (2011, p. 152), “A educação amplia as possibilidades genuínas de organização de um projeto de vida própria, de tal maneira que a inserção econômica, social e cultural na saída da prisão constitui uma opção real com maiores opções de viabilidade”.

Nessa perspectiva buscou-se conhecer as contribuições da EJA na escola da prisão de Recife, para mulheres apenadas que favorecem a construção de um melhor projeto de vida de suas educandas. Apoiando-se na ideia de que a educação é pensada com a finalidade de promover a construção da cidadania e o despertar da consciência, bem como o desenvolvimento do senso crítico.

3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Análise de conteúdo segundo Bardin, (2006, p. 38), “É um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores.

A metodologia utilizada nesta pesquisa se apoia em uma abordagem qualitativa. Segundo os autores Marli André e Ludke Menga (1986, p. 44), “A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada”. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador é o responsável por fazer a análise das informações coletadas. Desse modo, ela se caracteriza por coletar e interpretar as respostas subjetivas dos entrevistados através dos questionários. Ainda segundo, Ludke e André apontam que, “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Semelhantemente, a pesquisa qualitativa, diz Minayo (1995, p. 21-22),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os procedimentos metodológicos adotados para realização deste trabalho foram análise documental, observações e entrevistas. Segundo Gil (2002, p. 45), afirma que “A principal vantagem da análise documental reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. A pesquisa documental utiliza dados primários, isto significa que eles ainda não foram tratados cientificamente ou analiticamente. Logo, o embasamento teórico servirá de sustentação, bem como responder aos fenômenos apurados através desses dados.

Além da análise documental foi utilizada uma coleta de dados através de entrevistas com professores, coordenação, gestão e educandas. As referidas entrevistas foram realizadas através de um questionário semiestruturado, com perguntas que pudessem responder aos objetivos da

pesquisa. Os mencionados questionários destacados neste trabalho foram respondidos por 4 professores que identificamos por letras do alfabeto, por exemplo: A, B, C e D. Em que procuramos saber sobre sua formação, Metodologia de trabalho em sala de aula e de que forma elas percebem as contribuições da educação na vida das educandas.

Enquanto que as alunas entrevistadas foram 12, porém selecionamos apenas 5 delas que foram identificadas por numerais de 1 a 5 com a finalidade de preservar suas identidades. Do mesmo modo que fizemos com os professores usando letras. Buscamos elaborar perguntas que nos possibilitassem compreender como elas percebem a educação nesse momento de privação de liberdade e quais as contribuições para suas vidas. Assim sendo, a escolha das 5 respostas ocorreu por reconhecermos que as suas falas foram mais relevantes para contribuir com o material empírico deste trabalho. Em suma, elementos que possam confirmar os objetivos desta pesquisa. Segundo Gil (1999, p. 128), pode ser definido:

Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

As questões elaboradas para os professores, inicialmente visavam conhecer um pouco de sua formação enquanto professor, mas também as práticas pedagógicas utilizadas em seu ofício de educador. Além disso, compreender as dificuldades no desenvolvimento de sua ação em sala de aula, o relacionamento com as educandas e como a educação está contribuindo para a ressocialização de suas alunas. Segundo Cruz (2007, p. 197-198),

O ofício do professor implica no manejo de técnicas, mas não só isso. Trata-se de um misto de habilidades que não podem ser engessadas nesse quesito. Diversas questões instigam o trabalho cotidiano do professor exigindo reflexão, análise de situações e tomada de posição. [...] o ofício do professor implica um saber fazer que assegure a aprendizagem da disciplina e a transmissão do que lhe é confiado pela via das diretrizes curriculares e que, inevitavelmente, expressa uma determinada concepção de mundo.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1 O projeto político pedagógico na escola da Prisão

Partindo do princípio que o Projeto Político Pedagógico de uma instituição escolar garante autonomia e orienta suas práticas educacionais. Buscou-se conhecer o que orienta sobre as diretrizes curriculares da educação. Destacamos que a referida instituição, campo de estudo da pesquisa em tela, tem como missão: Fortalecer e desenvolver competências das estudantes privadas de liberdade oferecendo educação de qualidade com foco na cidadania participativa.

Diante disso, podemos pensar que o papel da Educação dentro das escolas nas prisões deve ser de ajudar o ser humano privado da liberdade a desenvolver habilidades e capacidades para estar em melhores condições de disputar as oportunidades socialmente criadas. Freire adverte que “o educador comprometido com a construção de um projeto político transformador constrói sua docência voltada para a autonomia do educando, valorizando e respeitando a sua cultura, o seu acervo de conhecimentos e sua individualidade” (FREIRE, 1977 apud Silva, Moreira, 2012, p. 7)

Ainda segundo o referido projeto, ele tem como visão ser reconhecida como referência em educação na prisão, apoiando-se em valores como: Humanização, resiliência, respeito e igualdade. Observamos que tais valores são inseridos na proposta curricular e também em outros projetos desenvolvidos durante todo o ano letivo na escola. De acordo com as entrevistas com os docentes, a Professora (A) nos diz que:

Os conteúdos são escolhidos tomando como base o currículo de Pernambuco para a EJA, mas focando dentro da realidade das alunas com questões concretas que elas utilizam na vida. Também utilizamos projetos com temáticas interessantes como o que estamos trabalhando agora. GENTILEZA GERA GENTILEZA”. Este projeto tem a finalidade de promover a construção de uma cidadania sadia, crítica, comparativa, consciente e de cooperação nas estudantes.

Só para ilustrar, imagens referentes a alguns projetos didáticos interdisciplinares desenvolvidos na escola. Em suas respectivas ordens de apresentação da esquerda para a direita: 1º Jogos matemáticos; 2º Incentivo à escrita com o diário; 3º Xadrez para memória, concentração e planejamento de ações.



Fonte: Maria* (fictício)

Além da proposta curricular destinada a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos, simultaneamente a escola desenvolve alguns projetos que estimulam os aprendizados das alunas. Já foram citados anteriormente alguns projetos que motivam o exercício de relações cordiais entre as detentas. Nesse sentido, destacamos sua relevância para a construção do bom

convívio social. Verificamos ações significativas, vivenciadas nesses projetos também quando estimulam as relações de convivência entre a comunidade escolar e prisional incentivando a valorização do bom relacionamento com o outro.

No que diz respeito à leitura e remissão de pena na escola, observamos durante a coleta que os professores desenvolvem o projeto de leitura buscando ampliar os conhecimentos através da leitura, assim, promovendo o prazer de ler textos de tipos diversos, enriquecendo o vocabulário, aumentando a competência de comunicação e relacionamento interpessoal.

Entendendo que a matemática muitas vezes pode parecer uma disciplina de difícil compreensão a gestão da instituição escolar juntamente com os professores criou um projeto com a finalidade de ampliar os conhecimentos matemáticos por meio de jogos matemáticos, xadrez e sólidos geométricos.

Segundo a proposta curricular em vigor da escola, o planejamento de suas práticas educativas ancora-se no princípio de ressocialização de suas educandas. Inicialmente, os professores procuram tratar as alunas de forma respeitosa, salientando que em sala de aula elas são alunas e não detentas. Isso faz com que elas sintam-se valorizadas. De acordo com a professora (B),

Penso que esse espaço é um momento de reflexão, de construção de novas atitudes de enxergar a vida de um novo ponto. Como professora há mais de 10 anos aqui, tenho vivenciado vidas serem transformadas com o processo educacional. Vidas são restauradas e encontro alunas fora desse espaço, socializadas com a sociedade.

Nessa perspectiva, analisou-se as práticas educativas realizadas na escola. O projeto político pedagógico da instituição se apoia no plano estadual de educação do estado de Pernambuco para o ensino aprendizagem. Desse modo, a aprendizagem tem como base despertar o interesse através de temas significativos ligados à realidade e necessidade das educandas. Professora (C) fala que:

Trabalho em grupo; apresentação de situação problema com mediação docente na produção de estratégias para solução; Debates, desenvolvimento de pesquisa, estudo dirigido individual ou em grupo, exposição de conteúdo, dinâmicas variadas, trabalhos com jogos, etc.

Esses temas são previamente apurados através do diálogo e métodos interativos utilizando recursos tecnológicos. Logo, ao criar situações pedagógicas satisfatórias para atender as necessidades das alunas, certamente melhora o desempenho escolar das mesmas. Segundo a professora (D), “Utilizo metodologias participativas que envolvem as alunas, sempre utilizo rodas

de diálogo, músicas, filmes, dinâmicas entre outras. As atividades sempre pensamos em algo diversificado como: livros, atividade lúdica, teatral e bingos”. Segundo Paulo Freire (2005, p. 58), ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: Os homens se libertam em comunhão”.

De acordo com a análise do Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada, vimos que ele se justifica por contribuir com o resgate da cidadania e da saúde, visando a reintegração das estudantes ao convívio social. O ensino é estruturado no modo presencial, coletivo, de consultas, pesquisas e atendimentos as dificuldades de aprendizagem de suas educandas.

Tem como objetivo geral: Ampliar o atendimento dos estudantes de modo que tornar a oferta compatível com os direitos educacionais das cidadãs, assim como sua permanência na escola desenvolvendo as diferentes potencialidades para que possa ter usufruto na sociedade.

No que se refere a aprendizagem, o projeto aponta para a intenção de despertar o interesse das educandas através de temas significativos que estejam ligados a realidade das alunas, utilizando diálogo, métodos interativos, incentivar o senso crítico e o interesse pela leitura. Bem como, desenvolver noções de espaço e sua conscientização principalmente para exercer sua cidadania.

4.2 Educação e ressocialização

Durante o trabalho de pesquisa foi possível observar a importância da educação para as mulheres privadas de liberdade. De acordo com a coleta de dados através das entrevistas com as educandas, elas expressaram sua satisfação em vivenciarem o dia a dia no ambiente de sala de aula. Elas afirmaram que os momentos em sala de aula são tão importantes que elas se desligam completamente de pensarem que estão na condição de detentas e ficavam fazendo planos para o futuro.

Dentre as 12 alunas entrevistadas iremos apresentar apenas 5 delas para a discussão. Quando perguntadas de que forma a educação está contribuindo para sua ressocialização: vejamos o que responde a aluna (1): "Por que aqui há 4 anos e 4 meses e antes era só aperreio. Agora fico mais calma, não tenho mais depressão". Olhemos o que diz a aluna (2): "Renovar minha história, porque eu sei que a educação transforma as pessoas". Segundo Novelli e Louzada (2012, p. 71),

Esse tipo de educação deve promover melhores perspectivas de futuro aos detentos, diminuir a ociosidade, melhorar a qualidade de vida na prisão, preparar o indivíduo para reinserção na sociedade com conhecimentos, atitudes e valores que subsidiem seu desenvolvimento.

Diante disso, percebe-se que as práticas educativas na educação da prisão às educandas, beneficia não apenas à aquisição de conhecimentos básicos e desenvolvimento de competências de escrita e leitura, também auxilia para a melhoria de vida no sentido de tornarem-se mais pacientes e resignadas durante o tempo de cumprimento de suas penas, favorecendo o bom convívio entre elas. Ao diminuir a ociosidade elas passam a ter uma vida mais ativa, preenchida através dos estudos diários. De sorte que, melhoram suas perspectivas de vida.

Quando fazemos a mesma pergunta a outras estudantes obtivemos as respostas: Notemos o que diz Aluna (3): “A educação me traz esperança para um novo amanhã, quem tem estudo pode chegar a um lugar melhor”. Observemos a aluna (4): “É importante para aprender, poder trabalhar e ser alguém na vida. Quando eu sair, vou continuar a estudar”. De acordo com Saviani (1980, p. 41),

A educação no presídio deverá estar sempre preocupada com a promoção humana, procurando sempre [...] tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para interferir nela, transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e da colaboração entre os homens.

Em conformidade com o pensamento do autor, pensar a educação de jovens e adultos na escola da prisão, no contexto de conscientização e formação humana dos sujeitos, buscando prepará-los para reinserção na sociedade de modo que ele ao conhecer sua situação possa transformá-la, bem como contribua para que ele possa conviver de forma digna, compreendendo que ele é o sujeito de sua própria história e possa contribuir e viver em sociedade de forma plena.

Por fim, a aluna (5) responde o que pensa sobre a educação nesse momento de privação de liberdade, vejamos: “Tem coisas na vida que a gente tem que passar para aprender. Aprendi a me dedicar aos estudos, meu erro foi parar com meus estudos”.

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe meios de progredir no trabalho. Porém, problemas financeiros são motivos que levam muitos alunos abandonarem os estudos para trabalhar e ajudar financeiramente em casa. Posto isso, de acordo com os dados levantados na referida escola, verificamos que as educandas entre 25 e 60 anos, não concluíram o ensino fundamental. A maioria delas estudou até o 3º ano do ensino fundamental. Sabemos que é após a conclusão do ensino médio que os jovens podem ingressar no mercado de trabalho. Logo, percebemos que as mesmas viviam em vulnerabilidade financeira e social.

Sendo assim, entende-se que a educação tem um árduo trabalho para realizar na escolarização dessas mulheres privadas de liberdade. Visto que, a educação é inserida com a

finalidade de ressocializar as educandas da escola campo de estudo. Ressocializar consiste em promover uma interação entre o indivíduo e a sociedade. Segundo Souza (2009, p. 29) “Consiste também em um processo de reeducação, adaptando o indivíduo fora dos “padrões sociais e culturais” e o tornando um sujeito adaptado (ressocializado)”

Além das alunas, os professores fizeram parte da coleta de dados respondendo aos questionários com a finalidade de nos esclarecer melhor sobre como veem o processo de ressocialização das alunas durante a permanência na escola da prisão. Observemos resposta da professora (C) quando perguntada de que maneira a escola está contribuindo para a ressocialização das alunas:

A escola contribui como um todo: A valorização da pessoa humana, dando novas oportunidades, desenvolvendo projetos, resgatando a autoestima das reeducandas de forma que as mesmas reconheçam a importância da educação (conhecimento) na vida de cada uma.

Segundo a professora (D) sobre a mesma questão, observemos: “O resgate da autoestima, as alunas descobrem ou redescobrem o seu valor e capacidade de reação numa atitude maior proativa, apesar das dificuldades específicas do estar presa”. De acordo com Gadotti e Romão (2011, p. 47),

A formação de professores para esta modalidade deve estar pautada em alguns elementos: 6 [...] reconhecer o papel indispensável do educador bem formado; reconhecer e reafirmar a diversidade de experiências; reconhecer a importância da EJA para a cidadania, o trabalho, a renda e o desenvolvimento; reconceituar a EJA como um processo permanente de aprendizagem do adulto; e resgatar a tradição de luta política da EJA pela democracia e pela justiça social.

Desse modo, ao analisarmos a importância da educação através da ação docente em sala de aula. Vimos que, quando o professor realiza o acolhimento integral, empreende uma escuta atenta e exerce o olhar sensível para as questões humanas, as estudantes descobrem uma forma de exercer sua dignidade humana, sua autoconsciência enquanto sujeitos de direitos e apreendem neste espaço o sentido da cidadania que são elementos essenciais para sua ressocialização. Assim sendo, o trabalho pedagógico não se restringe a transmissão de conteúdo, ele se sustenta nas formas de lidar com dedicação e respeito com cada aluno, de modo que possa promover importantes transformações nos sujeitos favorecidos por essa ação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho partiu de uma inquietação vivenciada durante a graduação ao ter contato direto com algumas turmas de EJA durante o estágio supervisionado na disciplina de

educação de jovens e adultos. A partir dessas experiências, buscou-se pesquisar as práticas metodológicas utilizadas em sala de aula nesta modalidade de ensino que é ofertada na escola pesquisada às mulheres em sistema de privação de liberdade.

Após analisar os dados coletados, no que se refere ao projeto político pedagógico, planos de aula e metodologia de ensino utilizadas pelos professores em sala de aula. Constatamos que todos contribuem para o processo de construção de aprendizagens e consequentemente com a ressocialização das alunas privadas de liberdade. Percebemos que os professores ao responderem ao questionário foram unânimes quando afirmaram que costumam realizar metodologias participativas que integram todas as alunas, e ainda que realizam apresentações de situações problema com mediação docente na produção de estratégias e solução. Assim como, realizam rodas de diálogo e pesquisas sobre temáticas diversas e utilizam recursos tecnológicos que a escola dispõe, visando tornar sua prática docente cada vez mais atrativa.

Quanto às educandas, verificou-se que as mulheres privadas de liberdade carregam consigo uma culpa muito grande por terem parado seus estudos e consequentemente enveredado para o mundo do crime, muitas vezes como forma de se sustentarem. Elas compreendem que se não tivesse parado seus estudos, poderiam ter tido outros caminhos na vida. Embora reconheçam que não podem mudar o passado, elas entendem que através da educação elas podem ter a possibilidade de construir um novo futuro.

Em razão de estarem estudando, elas fazem planos para o futuro e alegam que vão continuar seus estudos quando cumprirem suas penas e poderem voltar à sociedade. Algumas delas falam que: “errar é humano, mas permanecer no erro é desmantelo”. Além disso, alegam que estar estudando foi a melhor coisa que aconteceu em suas vidas durante esse período. Para elas, a leitura, o convívio, as atividades com a turma lhes proporcionaram ricos conhecimentos que são situações que elas levarão para a vida toda. Dizem que agora elas pensam melhor em seu papel diante da vida, que antes não tinham consciência de seus atos, direitos e deveres perante a sociedade.

Como resultado deste artigo enfatizamos a importância da educação para a ressocialização das mulheres privadas de liberdade. Podemos ainda dizer que a partir da análise dos dados coletados verificamos que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não se restringe às atividades em sala de aula. A educação tem o importante papel de modificar e transformar a realidade das alunas e o comportamento humano. Assim sendo, as apenas têm mais chances de obter autoconhecimento e conhecer melhor o mundo no qual vivem, buscando novos caminhos para sua boa relação com a sociedade.

REFERÊNCIAS

A importância da educação prisional para a recuperação de detentos no Brasil e na Espanha. [S.l.], 17 jul. 2021. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/12195/A-importancia-da-educacao-prisional-para-a-recuperacao-de-detentos-no-Brasil-e-na-Espanha#:~:text=Menos%20de%2013%25%20da%20populacao%20do%20Brasil,um%20diploma%20do%20ensino%20superior>. Acesso em: 21 out. 2022

ANDRADE, Paula. O encarceramento tem cor, diz especialista. Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/o-encarceramento-tem-cor-diz-especialista/>. Acesso em: 21 out. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei de execução Penal**. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984. BRASIL.

CARVALHO, Ellen. Em Pernambuco 81% das mulheres encarceradas são negras. Brasil de Fato. Recife, 08 de março de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2017/03/08/em-pernambuco-81-das-mulheres-encarceradas-sao-negras>. Acesso em: 21 out. 2022.

Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução- discutindo conceitos básicos**. In: SEED-MEC Salto para o futuro- Educação de jovens e adultos, 1999.

CRUZ, Gisele Barreto da. **A prática docente no contexto da sala de aula frente às reformas curriculares**. Educar em revista [on line], nº 29, p. 191-205. Curitiba, 2007.

FERREIRA, Nicolý. SILVA, Ribamar. **Educação para a liberdade: A importância da educação no ambiente prisional**. Campinas, 2021. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/3UfAEFmrLbnmrYk_2021-6-8-20-45-8.pdf

FREIRE, PAULO. **Pedagogia do Oprimido**. Edição 17ª. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREIRE, PAULO. **Educação como Prática da Liberdade**. Edição 3ª. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1971.

GADOTTI, MOACIR. **A escola e o professor Paulo Freire e a paixão de ensinar**. Edição 1. São Paulo: Editora Publisher, 2007.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. (Org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo. Editora Cortez, 2011.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986, 1.975 p.18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**.

NOVELLI, JULIANA; LOUZADA, Shênia. **O trabalho do professor dentro das penitenciárias**. Espírito Santo, 2012. Disponível em: http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/trajetoria_multicursos/julho_2012/pdf/o_trabalho_do_professor_dentro_das_penitenciarias.pdf. Acesso em: 29 de out. 2022.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 1987.

SILVA, Roberto da; MOREIRA, Fábio Aparecido. **O projeto-político-pedagógico para a educação nas prisões**. Em Aberto. Brasília, v. 24, 86, p.89-103, nov.2011.